



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento

Aérton do Rosário

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Antes da ordem do Dia. – Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) criticou o tempo de antena concedido ao seu partido e à falta de água em S. João da Vargem.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) felicitou o povo de São Tomé e Príncipe. Referiu que tem sido desrespeitado por algumas entidades administrativas e falou sobre o cartão do Deputado.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Filomena Prazeres (PCD) apelou a atenção especial do Governo em relação à aeronave que faz a ligação entre as ilhas.

Ordem do Dia. – O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Deputado Carlos Correia (ADI), fez a apresentação do orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2016. Foi apreciado e aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto do orçamento da Assembleia Nacional, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Felisberto Afonso (UDD), Danilson Cotú (PCD), Levy Nazaré (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), Beatriz de Azevedo (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Xavier Mendes (PCD) e Ângela Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da **Glória** Espírito Santo
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel **Barbosa** dos **Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim **Salvador** Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário **Fernando** Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do **Rosário** Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Fernando da Silva **Maquengo** Freitas
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Jaime Pires Sequeira **de Menezes**
Manuel **Marçal** **Lima**
Maria das **Neves** Batista de Sousa
Maria de **Lourdes** Martins do **Sacramento**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das Neves
Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres
José Luís Xavier Mendes
Jorge Dias Correia

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, convocámos esta reunião após a Conferência de Líderes. Portanto, vamos iniciar os nossos trabalhos. A Mesa não recebeu nenhum pedido de substituição dos Deputados. Recebemos um pedido do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para o ponto de antes de ordem do dia. Vamos passar a este ponto, depois passaremos a ordem do dia.

Daqui a pouco chamarei o deputado que vai intervir, mas antes gostaria de passar uma informação. No que diz respeito ao segundo ponto que agendamos para discussão de hoje, que tem a ver com os sete Membros do Conselho Superior de Imprensa, há uma alteração porque a Mesa recebeu todas as candidaturas antecipadamente. Uma destas candidaturas chegou ainda esta manhã a minha Mesa. Portanto, nós temos que receber e fazer o trabalho interno, antes de submetermos à apreciação e votação no Plenário, então não vai ser possível.

Sr. Deputado é uma alteração, apenas estou a informar porque não vai ser possível fazer isso, se não recebermos todas as candidaturas. Estamos à espera para receber as candidaturas dos sete membros, isto é, dos sete órgãos. Recebemos algumas candidaturas mas outras não. Dito isto, vamos passar imediatamente a dar à palavra ao primeiro interveniente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, apenas queria levantar uma questão. Ontem nós tivemos um debate sobre o Estado da Nação e várias contribuições foram dadas. Não sei se ontem os Srs. Deputados assistiram ao telejornal. É uma situação que queremos chamar à Mesa e ao próprio Governo, a democracia se faz com o contraditório. É preciso ouvir todos. Fala-se inclusive de uma agenda de transformação é preciso receber a contribuição de todos.

Não é admissível, Sr. Presidente, quem acompanhou o debate sobre Estado da Nação a censura que o Governo faz na comunicação social, a Televisão.

Como é possível num Estado de Direito Democrático, um líder de oposição a sua intervenção não passar um minuto, vi o telejornal ontem. Isto é claro, nós não podemos ter medo da oposição por isso é que na democracia a votos. Nós temos as nossas ideias às vezes essas ideias não estão de acordo com as do Governo, pelo amor de Deus passem a mensagem. Estão a esconder o quê? A oposição tem o direito, a Lei da imprensa é clara.

Não se pode censurar desta forma a Comunicação Social, deixem que os técnicos façam o seu trabalho. Passem as declarações as populações como passaram as do poder.

Foi dito por um deputado que São João da Vargem tem água. Eu fui ao local, vão lá e confirmem, 3 a 4 meses não tem água.

Murmúrios.

E há um deputado que fez cá uma declaração dizendo que tinha água. As pessoas apanham água em Pótó-Pótó.

Temos que passar informações verdadeiras. Dizer que São João da Vargem não tem água não significa que estamos a criticar o Governo. Estamos a alertar, para permitir que, no quadro da extensão de abastecimento de água às populações, essa localidade possa também ser contemplada. Não ter água e dizer que tem, Srs. Deputados, é bom passarmos informações com clareza e verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD). — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Ontem, por uma questão de tempo, não felicitei e vou felicitar hoje. Quero felicitar a toda a população de São Tomé Príncipe neste novo ano, desejar muito sucesso, muita saúde, assim como aos estrangeiros que residem no nosso país, com particular e especial destaque para a Região Autónoma do Príncipe, onde resido.

Queria felicitar a todos os meus irmãos, desejar-lhes bom ano de 2016 e dizer-lhes que estou cá e continuarei com toda a energia, independentemente de ser deputado da Nação, mas por ser um deputado

eleito no Príncipe, deixar aqui mais uma vez claro que tudo farei para que o Príncipe seja respeitado por todas as autoridades deste país. Por um São Tomé e Príncipe melhor, lutarei, mas pelo Príncipe em particular morrerei, se necessário for. Enquanto viver, tudo que puder fazer, farei para que o Príncipe seja respeitado.

Sr. Presidente, tomei posse como Deputado da Nação e, como tal, creio que sou autoridade do Estado neste país. No entanto, tenho vindo a ser várias vezes desrespeitado por vários agentes de autoridade do Estado nos locais por onde, normalmente, eu tenho necessidade de circular. Aqui em São Tomé, normalmente, circulo muito no porto e aeroporto. Por uma questão profissional, tenho a necessidade de estar todos os dias no porto e aeroporto, mas aqui não posso colocar toda a gente no mesmo saco. Não são todos os agentes que têm tido esse comportamento.

Sr. Presidente, fui ao Aeroporto de São Tomé, para mandar uma encomenda, pedi a um segurança para entrar, ele disse-me que não podia. Fui ao carro, tomei o cartão de identificação e fui mostrar-lhe, ele disse-me que esse cartão não vale. A partir do momento que ele me disse que o cartão não vale, também o considere inválido e passei. Mas isso é grave, porque se esse cartão não vale, há muita coisa que não está a valer. Se o cartão que diz «Assembleia Nacional», não vale, é porque a Assembleia Nacional também não vale. Se o cartão que está assinado «o Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo» não vale é, porque o Presidente da Assembleia Nacional não vale.

Murmúrios.

Sr. Deputado, o cartão é da Assembleia e está assinado pelo Presidente da Assembleia. Como é que um agente da autoridade diz-me que esse cartão não vale?

Murmúrios.

Sr. Presidente, na Região Autónoma do Príncipe, houve uma senhora deputada, Presidente interina da Assembleia Regional, que no momento em que dirigia uma sessão, pelo facto de eu ter acompanhado, dias antes, uma delegação dos Deputados do MLSTP/PSD, temos dois deputados na Assembleia Regional e sou o Líder das estruturas do MLSTP/PSD no Príncipe, havia um debate sobre o estado da Região e o meu partido orientou os deputados a fazer visitas de trabalho. Cumpriram todas as formalidades e eu os acompanhei na visita. A Sra. Presidente interina da Assembleia Regional não gostou e, em plena sessão, pegou no microfone e fez um apelo público para que as pessoas bloqueiem a minha passagem, enquanto Deputado da Assembleia Nacional, dizendo que o Deputado da Assembleia Nacional só tem trânsito livre no porto e aeroporto, mas nem no aeroporto estão a deixar-me entrar.

Isso de dizer que só tenho trânsito livre no porto e aeroporto não me incomoda muito, porque sou conhecedor da lei e sei quais são os lugares onde tenho acesso. É um problema exclusivamente de uma pessoa que deveria conhecer as leis e não conhece e que não deveria ter dito isso em público, porque demonstra claramente que a pessoa padece de incapacidade de exercer o cargo, que certamente assumiu por incoerência.

Sr. Presidente, o mais grave nisto é o apelo ao bloqueio de um deputado da Assembleia Nacional, e creio que a Assembleia terá que agir. Sou Deputado, conheço os meus poderes e deveres, também temos deveres, sei que sou autoridade neste país e se a Assembleia não toma medidas para que os agentes de autoridade comecessem a me respeitar, no uso das competências que me são conferidas pela lei, irei agir, no sentido de repor a ordem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Barros, obrigado por ter-me dado conhecimento deste assunto que está a acontecer. Registei as suas preocupações.

Somos Deputados sim, estamos à testa da Nação e o exemplo tem que partir de nós.

Irei investigar e depois verei como podemos solucionar este problema junto às entidades competentes, para encontrar uma solução.

Quanto à Região Autónoma, a mesma coisa. Vou entrar em contacto com o Presidente da Assembleia Regional para saber o que se passa, no sentido de encontrarmos uma forma de solucionar esse problema.

Ainda bem que me dou bem com o Sr. Presidente da Assembleia Regional. Temos tido comunicações constantes, desde que cheguei, e não há problema nenhum, isso posso-lhe garantir. Está registada e em devida hora informá-lo-ei.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, tenho um assunto muito urgente que acabei de saber agora, é uma coisa muito urgente.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada não está inscrita.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Não estou inscrita, mas é uma coisa de última hora.

O Sr. **Presidente**: — Não pode ser.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas tem que ser assim. Ou incutimos uma forma de agir ou não. O Regimento diz que tem que se introduzir o pedido...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Não, não. O pedido tinha que ser introduzido. O Sr. Deputado sabe disso melhor do que eu, vem no Regimento. Não introduziu, não há, ponto final, é mesmo assim.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, interpelação à Mesa.

Murmúrios do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Prazeres.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, é só para realçar um facto que tem sido grave e ontem ainda, na minha intervenção, falei disso. O avião que transporta os passageiros Príncipe/São Tomé, São Tomé/Príncipe teve um problema agora no voo de Príncipe para São Tomé e quase que deitava todos os passageiros por água-abaixo. Acabei de saber pelos passageiros que vieram do Príncipe. Lingaram-me agora a dizer, por amor a Deus, façam alguma coisa, digam alguma coisa, há que se fazer alguma coisa.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos manter a calma e a disciplina, sobretudo o bom exemplo tem que começar de nós, os deputados. Há um Regimento e diz que tem que se introduzir, não se introduziu, não tem como dar. Mesmo assim fui flexível.

Vamos continuar o nosso debate que tem a ver com o orçamento da Assembleia Nacional.

Vamos entrar no ponto da ordem do dia e gostaria, nesse sentido, de convidar o Sr. Presidente do Conselho de Administração para fazer a apresentação do orçamento da Assembleia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O exercício que fazemos hoje, além de ser regimental, decorre nos termos do artigo 55.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional. De acordo com este dispositivo legal, cabe ao Conselho de Administração da Assembleia Nacional elaborar o orçamento desta instituição e submeter à apreciação do Plenário desta augusta Assembleia.

Assim sendo, importa ao Conselho de Administração informar às caras e caros Srs. Deputados sobre as principais linhas que estiveram na base da elaboração do orçamento da Assembleia Nacional para o ano de 2016, fixado em 69 362 000 000, 00 (sessenta e nove mil milhões e trezentos e sessenta e dois milhões de dobras), sendo 48 862 000 000, 00 (quarenta e oito mil milhões, oitocentos e sessenta e dois milhões de dobras) correspondentes a despesas correntes e 20 500 000 000, 00 (vinte mil milhões e quinhentos milhões de dobras) correspondentes a despesas de capital.

Convém salientar que dos 48 862 000 000, 00 (quarenta e oito mil milhões, oitocentos e sessenta e dois milhões de dobras) referentes a receitas correntes, 48 012 000 000, 00 (quarenta e oito mil milhões, e doze milhões de dobras) correspondem a receitas proveniente do Tesouro Público do Estado, igual valor de 2015, e 350 milhões de dobras correspondem a receita próprias da Assembleia Nacional.

Excelências, o orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2015, em termos globais, foi fixado em 73 410 850 468 00 (setenta e três mil milhões, quatrocentos e dez milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e oito dobras). Assim sendo, de forma geral, em comparação com ao ano de 2016, registou-se um decréscimo de 5,52%, pelo que as despesas correntes tiveram uma diminuição de 9,12%, enquanto as despesas de capital tiveram um ligeiro acréscimo de 4,35%.

Como devem calcular, tendo o mesmo *plafond* de 2015, isso em relação a receitas provenientes do OGE, que é a principal receita da Assembleia Nacional, pouco ou nada podemos fazer em 2016. Por isso, ao nível do orçamento corrente, foi dada prioridade à actualização salarial, mormente alguns ajustes e correcção de desequilíbrios e, por isso, está previsto um aumento da massa salarial de 10,63% face a 2015.

No que concerne ao orçamento de capital, o Conselho de Administração elencou como principais acções: criação e apetrechamento de gabinetes de trabalho; aquisição de viaturas para os grupos parlamentares, apetrechamento de novas salas de trabalho para as comissões especializadas permanentes, cita no antigo salão de dança, conclusão da fossa céptica para as casas de banho das novas salas de trabalho para as comissões especializadas permanentes, cita no antigo salão de dança, revisão do

sistema de abastecimento de água ao Palácio dos Congressos e reabilitação das casas de banho, formação e capacitação dos deputados e funcionários parlamentares, implementação do projecto parlamento infanto-juvenil, aquisição de equipamentos e aplicações informáticas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, está aberta a discussão para o orçamento da Assembleia Nacional. Vamos discutir na generalidade, depois entraremos na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD). — Sr. Presidente, Sr. Ministro, caras e caros Deputados, bom dia.

A minha intervenção vem na sequência daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado António Barros, quando dizia que nós os deputados não somos respeitados, enquanto membros da autoridade do Estado, perante os agentes da autoridade e alguns servidores da função pública.

Quando o Sr. Deputado falava, houve alguns murmúrios, quando isso toca a todos nós, mas a minha intervenção é exactamente para dentro. Se quisermos que os agentes de autoridade e os servidores da função pública nos respeitem, então temos que dar respeito a nós próprios. Se cá dentro não há respeito entre os deputados, dificilmente podemos exigir aos agentes da autoridade. Porquê que digo isso? O Conselho de Administração elaborou um mapa de orçamento, uma projecção e posteriormente pediu contribuição de todos os Deputados dos respectivos grupos parlamentares, que foram representados, e cada um deu a sua contribuição, acho. Não foi um encontro conjunto, mas duvido que algum grupo vá para um encontro com o Conselho de Administração e entre surdo e saia mudo. Duvido!

Porque participamos e demos a nossa contribuição, chamamos a atenção de alguns *itens* que achamos desnecessários, em alguns casos com valores que não são suportáveis. Tendo em conta o nível de trabalho que se presta, falamos também de uma desigualdade que existe em termos de respeito aos deputados. Um deputado que é um membro de autoridade do Estado, sem a sua existência não existe a Assembleia, e vejam que não estou a lamentar nada para mim, estou a falar enquanto membro de um órgão que acho que deve ser prestigiado, no entanto, é subalterno em relação a alguns funcionários da Assembleia Nacional. Aquilo que se diz subsídio ou salário que auferir um deputado é inferior ao salário de muitos funcionários da Assembleia. Como é que um deputado pode ser respeitado por esse funcionário? Há alguma possibilidade?

Para além desta questão, levantámos várias outras.

Conclusão, não se mexeu uma palha daquilo que já tinha sido feito. Onde é que estamos? Afinal, era para dar conhecimento ou colher subsídios? O orçamento que nos foi apresentado é exactamente igual ao que discutimos na reunião programada pelo Conselho de Administração, pedindo subsídio.

Pergunto ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, o que foi feito das contribuições das respectivas bancadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, registei a sua preocupação, mas também gostaria de me pronunciar sobre este assunto.

Sr. Deputado, vamos ter uma certa calma. Ele já explicou o porquê.

Eu apenas queria intervir na senda daquilo foi invocado pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Portanto, é uma preocupação que também tenho e, na qualidade de Presidente, recorde-me muito bem que tínhamos tomado uma decisão e sei perfeitamente que o Estatuto dos Deputados sofreu uma alteração. Os Deputados estão a tempo inteiro. Convinha também reflectirmos um pouco, porque a questão não está apenas na remuneração. Isso obriga a que encontremos, entre nós os Deputados e se calhar a administração, uma solução. Há uma disparidade muito grande entre o que auferir o funcionário da Assembleia e o próprio Deputado. É uma questão que devemos, com tempo, resolver de forma pacífica, tomando em consideração todos os aspectos.

Os Deputados pertencem a um órgão de soberania, enquanto pilar da democracia, e têm assento no Parlamento. É inadmissível e tenho plena consciência de que os Deputados não devem auferir menos que os funcionários.

Também estou a dar a minha contribuição, em função daquilo que disse o Sr. Deputado. Acredito que teremos, sim, tempo suficiente para podermos, em conjunto, analisar esses aspectos.

É isso que queria argumentar.

O Sr. Deputado é livre de pôr as suas questões, mas estou a reagir positivamente naquilo que foi dito pelo Sr. Deputado. Neste aspecto, eu dou-lhe razão, porque eu, como Presidente, tenho pensado nisso. Vamos sim encontrar uma forma de resolver esse problema, mas de forma paulatina. Quando se fala de salário, mexe-se com muitas pessoas na Administração. Tem que ser uma coisa completa e pensar no fundo da questão. Posso até vos dar um exemplo muito simples. Se vocês se recordam, em Cabo Verde também houve uma tentativa de os titulares de cargos políticos auferirem muito mais salário. Posteriormente, veio surgir muitas polémicas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer a sua contribuição, por ter reagido favoravelmente à minha reclamação, mas resumiu a minha intervenção apenas à questão salarial,

quando eu disse que levantamos n questões, na reunião com o Conselho de Administração. Pedi que o Presidente deste órgão nos esclarecesse o que foi com as nossas contribuições, se é que essa reunião foi feita para colher subsídios. Se foi uma reunião para fazer o inglês ver, que nos diga aqui!

O Sr. **Presidente**: — Realmente, há um aspecto que abordou e se calhar vou informar-lhe que a preocupação do Presidente não é apenas sobre a parte remuneratória, mas também sobre as instalações. Passamos a funcionar num outro Estatuto, a tempo inteiro. Isto quer dizer que temos que criar condições para que os Deputados passem a exercer a tempo inteiro aqui na Assembleia Nacional. Eu posso informar, e os líderes sabem, que aquando da nossa deslocação a um país amigo, levei a conhecimento dos mesmos projectos para redimensionar a nossa Assembleia em termos dos espaços e tudo mais. Apenas estou a aguardar, vou iniciar contactos para depois saber o que posso oferecer sobre esse assunto. Esses dois assuntos estão plenamente na minha consciência.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para um esclarecimento.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, de facto fizemos esse exercício ao nível das bancadas e tomamos as devidas notas. O que o Conselho de Administração irá fazer daqui em diante é, como reza o artigo 17.º da nossa Lei Orgânica, na sua alínea b), é proceder à elaboração do plano trianual. Temos este exercício em carteira e estamos a trabalhar neste sentido com os meus colegas Deputados do Conselho de Administração. Penso que na elaboração desse plano, iremos elencar estas que foram as preocupações das bancadas. Uma vez que, para este orçamento, chegou-se à conclusão que de facto não se podia esticar muito. É uma questão que, como disse o Sr. Presidente, temos todos a consciência de que devemos fazer um trabalho mais profundo. Uma das coisas, por exemplo, é mexer com algumas leis que temos, como a Lei da Remuneração dos Encargos Públicos, não me lembro muito bem do número. Mas, temos que rever essa lei...

Uma voz: — Lei n.º 1/97.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ... e daí sim podermos, em conjunto, estar preparados. Podemos também ver outros mecanismos que ligam o nosso Estatuto como o nosso Regimento, de forma a fazermos um trabalho com maior sustentabilidade e que possa durar para o futuro.

Para tranquilizar o Sr. Deputado Delfim Neves, as preocupações que foram tomadas em conta nas reuniões não estão esquecidas, pelo menos nas minhas anotações. Estão bem afixadas e julgo que discutimos no Conselho de Administração. Vamos partir do princípio e fazer um trabalho de base. É através deste artigo da nossa Lei Orgânica que o Conselho de Administração tem competência de elaborar planos de actividade plurianuais e anuais da Assembleia Nacional. Então, estamos em vias, de pelo menos, criamos um plano e a partir daí encaixarmos todas aquelas que são as preocupações.

Volto a frisar aqui que tenho a agradecer muito, porque foram subsídios que fazem sentido. Questões como a água, a estrutura do nosso próprio edifício e dentre outras coisas que o Conselho de Administração tomou boa nota e vai, posteriormente, encaixar naquilo que fará parte da sua actividade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados. Já cá estou há 1 ano, sou um dos Deputados como também todos outros são, mas até agora a Assembleia Nacional não resolve a minha situação.

Gosto de respeitar o horário, chego aqui sempre antes da hora, mas até o momento não tenho um lugar para me assentar. Não sei se tenho ou não direitos como os outros têm. Todos têm lugar para sentar, mas fiquei isolado. Graças ao partido PCD que me acolhe. Não quero grande coisa. Julgo que também devo ter um recinto para trabalhar. Estou cá também para dar a minha contribuição como todos.

Essa situação de vermos só para nós e não ver os outros, faz com que a nossa vida esteja cada vez mais difícil.

Essa é a preocupação que trago e espero que resolvam.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, apenas para uma reflexão, é que infelizmente o Sr. Deputado não tem uma bancada. A lei é clara. Para ter uma bancada, é preciso ter um mínimo de três Deputados.

Uma voz: — Ele tem uma mesa e quer uma sala com cadeira.

O Sr. **Presidente**: — Mas, a cadeira ele tem. O Sr. Deputado tem o seu lugar já consagrado. Cada vez que cá, vem pode sentar-se ali. Agora não tem uma sala, porque as salas estão reservadas para um maior número de Deputados. Só cá temos três bancadas. Se por ventura tivesse direito a uma bancada, iríamos encontrar uma solução para a bancada do UDD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, estou contra essa injustiça, porque quando eu votei a favor do orçamento do cidadão do ano 2015, esse senhor disse que tem que me arranjar uma parte para assentar, automaticamente. Como não estou a apoiar o partido que sustenta o Governo, ele deixou de me apoiar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos, porque viemos cá para nos cingir a isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A primeira questão é em relação ao caso do Sr. Deputado da UDD. Pedimos que colocassem uma cadeira na nossa sala, para que o Sr. Deputado pudesse ter um espaço de se acomodar, antes do início das sessões, resposta, zero. Não deram.

Prometeram-lhe uma sala, mas como o mesmo mudou o sentido do seu voto e das suas posições, ficou na promessa.

Eu gostaria é de saber, porque da intervenção do Sr. Presidente do Conselho de Administração, fiquei com a certeza de que ele trocou seis por meia dúzia e deu igual. Por favor, diga-nos porque é que o orçamento não tem a assinatura dos outros membros do Conselho de Administração e só assim poderemos voltar a falar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Antes de mais, quero dizer que estamos a ser vistos e escutados por todo o povo de São Tomé e Príncipe e não só.

Como disse um senhor deputado e muito bem, «para sermos respeitados, o respeito deve começar aqui». Por isso, gostaria de pedir a todos os grupos parlamentares um pouco mais de atenção sobre o exercício que estamos aqui a fazer hoje.

As questões que estão a ser levantadas aqui, para mim, são questões de extrema importância, porque têm a ver com um órgão de soberania de um Estado de Direito Democrático como São Tomé e Príncipe. A Assembleia Nacional é o órgão que representa todo o povo de São Tomé e Príncipe e o exercício que estamos aqui a fazer hoje diz respeito ao orçamento da Assembleia Nacional. Estamos a levantar questões, penso que não devemos brincar, todas elas legítimas, umas com fundamentos mais apropriados do que outras, mas devemos prestar atenção neste exercício que estamos aqui a fazer.

Pedi a palavra, porque não poderia ficar calado e bem me lembro que quando se discutiu a questão da incompatibilidade, fui uma das vozes que se levantou e falou muito sobre isso. Está registado e toda gente acompanhou esse debate sobre a Lei da Incompatibilidade.

Fui um defensor acérrimo de que aquele momento não era e, na minha opinião, continua a não ser, não deveríamos ter feito o que fizemos naquela altura. As pessoas fazem política apenas a pensar no hoje, a pensar numa circunstância, num momento e não têm ou não querem ter a amplitude, a capacidade de ver a questão no seu todo.

Eu e mais alguns companheiros, penso de vários grupos parlamentares, defendemos que o País, na altura, não reunia as condições mínimas para evoluirmos para uma extensão da incompatibilidade, da forma como fizemos.

Quis-se, na altura, passar a ideia, e falou-se muito nisso aqui, no país todo, nas localidades, de que o Partido ADI queria dois salários, estava a defender taxos para os seus dirigentes, por isso defendia que não era o momento para alargarmos a questão da incompatibilidade, da forma como alargamos. E quis passar-se a ideia de que a Lei da Incompatibilidade era nova, era daquele momento, quando já havia uma lei da incompatibilidade, apenas fez-se alteração daquela lei.

Na outra legislatura, fez-se a extensão da incompatibilidade para qualquer funcionário público. Hoje, um professor não pode ser deputado, um mero contínuo de uma escola, de um ministério não pode ser deputado, um médico não pode ser deputado, tem que optar.

Eu defendia, na altura, que o nível da capacidade técnica, científica e de conhecimento que o País tem, tendo em conta as condições salariais que a Assembleia oferece, estaríamos a fazer um mau exercício, estaríamos a afugentar a sapiência para fora da Assembleia, estaríamos a afugentar os quadros com experiência, com capacidade técnica em várias áreas do saber da Assembleia. Eu defendia que devíamos dar e negociar com o Governo um *timing* para que todos os órgãos de soberania se juntassem a nós, para encontrarmos um momento para aplicarmos a deputação a tempo inteiro, mas como quiseram fazer política cega, ataque ao ADI, porque os deputados da ADI querem dois salários, etc. etc., e o que temos hoje? Temos hoje deputados a tempo inteiro que é mentira, nada mudou. O que é que mudou? Apenas alguns

deputados não podem exercer funções públicas. Continua a ser tudo como era antes. Porquê? Porque a Assembleia não tem meios.

Dou razão ao Deputado da UDD. Não tem um grupo parlamentar, mas podia ter uma sala. Não tem um grupo parlamentar, porque o Regimento diz que para se formar um grupo parlamentar tem que se ter no mínimo três deputados, mas poderia ter um gabinete, porque ele é um deputado. É essa a realidade que vivemos.

Temos dois Vice-Presidentes. Uma Vice-Presidente, a Dra. Maria das Neves, não tem um gabinete para trabalhar, tem que negociar comigo, outro Vice-Presidente. Tenho que ceder o gabinete, quando ela pretende fazer uma reunião. É a nossa realidade. Mas porquê? Porque as pessoas não são sérias, não pensam profundamente sobre as coisas, decidem de momento, sem reflectir sobre a realidade das coisas.

Quanto à questão salarial que se fala na Assembleia, o salário só é baixo, porque antes dessa extensão da incompatibilidade, antes de passarmos para a deputação a tempo inteiro, os deputados podiam exercer outras funções. Por isso, era como se fosse uma contribuição, uma gratificação, uma senha, seja o que for, não sei qual é a terminologia que se dava a essa remuneração que os deputados auferiam. Por isso é que antes nem se fazia a comparação entre a retribuição do deputado com a do funcionário. Nunca ouvi isso antes. Só passei a ouvir essa discussão e só passei a saber que os funcionários ganham tão bem na Assembleia, porque nem sabia que ganhavam assim tão bem...

Murmúrios.

...tão bem em relação aos quadros da Administração Pública, é verdade. Querem escamotear, escamoteiem, mas é a verdade. Conheço o salário da Administração Pública nacional, conheço o salário dos funcionários públicos e conheço o salário de um director da Administração Central do Estado.

Só depois daí é que se começou a falar da questão de funcionário ganhar mais do que o deputado e acho que não devemos entrar por aí. Podemos discutir, sim, já que agora estamos a tempo inteiro, sem estar a tempo inteiro. Logo, é necessário encontrar um quadro salarial para os deputados, mas não podemos indexar a situação dos funcionários. Até parece que estamos com «olho cheio» do salário dos funcionários. Devemos discutir a nossa condição de aumento salarial, sem estar a ver o salário dos funcionários. Estou a dizer isso, porque em todos os grupos parlamentares fala-se disso. Esqueçamos o salário dos funcionários, é um direito adquirido, e vamos pensar e reflectir como e que condições temos para se dignificar a questão salarial.

A Casa Parlamentar, o sistema parlamentar são-tomense, necessita de uma reforma profunda e sobre isso acho que os grupos parlamentares têm que se unir, para sentarmos e reflectirmos que Assembleia queremos para o nosso país e não pode servir de arma de arremesso político de uma bancada para outra.

A Assembleia deve-se reunir, sentar com um outro órgão que é importante nessa matéria que é o Governo, para vermos qual é a situação real da Assembleia, que não pode circunscrever-se apenas à questão salarial. Não estamos a pedir e acho que nenhum deputado pede, nessas condições, uma sala para cada um, mas pelo menos algumas condições mínimas. Já sei, como qualquer deputado sabe, que hoje o nosso país não oferece condições para isso. Temos que preparar para que num *timing* razoável, diria até o final desta Legislatura, o Governo crie todas as condições juntamente com a Assembleia, com todas as outras reformas que é necessário fazer dentro da Assembleia, para que possamos ter uma Assembleia que realmente dignifique um Estado de Direito Democrático, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

É fundamental começarmos a reflectir sobre isso, porque não irá mudar em 1 ou 2 dias. Temos que reflectir se os 55 Deputados justificam para São Tomé e Príncipe. Esse debate tem que existir. Se São Tomé e Príncipe precisa de 55 Deputados ou se temos que reduzir o número de deputados e aumentar o salário dos mesmos, dignificar os deputados e a partir daí, na próxima legislatura, em 2018, termos uma outra Assembleia, com um outro figurino. Temos que reflectir sobre isso profundamente, todos os grupos parlamentares.

É esse o meu contributo sobre esta matéria, porque não esqueci o debate que houve aqui sobre o alargamento da questão da incompatibilidade e como se fez um aproveitamento político, sem pensar sequer sobre todo o resto.

Não é admissível que outros órgãos de soberania tenham a dignidade que têm e as condições que têm e a Assembleia continue na situação que está.

Também já disse que somos o órgão legislador. A questão salarial pode-se resolver com legislação, as condições materiais pode-se resolver com legislação. Mas será que o País está em condições?

Fala-se que os Deputados são 55, mas as magistraturas? O Ministério Público, salvo erro, está em 17 ou 18 magistrados, a Magistratura Judicial também outros 15, 18 ou 20, somando está em 44 as duas magistraturas. Qual é a diferença? Temos 55, por isso, vamos reflectir sem fazer politiquice sobre isso e vamos dar um *timing* também de forma que as coisas possam ser feitas com razoabilidade. E para mim, honestamente, esse *timing* seria 2018. Na próxima legislatura, teríamos uma reforma de todo o sistema parlamentar são-tomense, com todas as condições, para que os próximos deputados, mesmo que eu já não esteja cá, possam ter as condições para o exercício efectivo dessa função.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD). — Sr. Presidente, fico satisfeito em ouvir algumas declarações aqui proferidas. Umas até têm razão de ser, porque o Conselho de Administração tem que falar num sentido lato, mas não fez o seu trabalho. A declaração do Sr. Presidente do Conselho de Administração devia ter em conta os subsídios recebidos nas reuniões, para cada um ouvir e saber o que foi dito nessas reuniões, mesmo que não estejam agora elencados no orçamento. Se calhar grande parte das intervenções que houve aqui não teria razão de ser.

Quero frisar, porque o que soa nos nossos ouvidos é aquilo que é mais pejorativo, um Sr. Deputado disse: «talvez tenhamos olho cheio do salário dos funcionários», esse «talvez» escapa e o que fica é «olho cheio». Quero aqui esclarecer o seguinte. Normalmente, pela minha maneira de ser e como empresário, não discuto salários altos e quem quiser ser razoável, se quiser subir na vida, não deve discutir salários altos. Discute-se salários baixos, para se chegar a um nível alto.

Quero aqui dizer que não estou minimamente de acordo que a questão de incompatibilidade é que nos levou a isso. Não tem nada a ver. É preciso ver outro lado. Quando não tínhamos esse alargamento da Lei da Incompatibilidade, dificilmente uma comissão conseguia reunir, porque tínhamos cá na Assembleia assessor do Primeiro-Ministro, da Presidência da República, de ministros, directores, que priorizavam as suas tarefas na Administração Pública e legavam para o segundo plano os trabalhos da Assembleia. Quando se pedia para reunir uma das comissões, era difícil. Foi uma das questões, e tem aqui pessoa do Grupo Parlamentar do ADI que sabem que é isso que nos levou a alargar o âmbito da incompatibilidade. Hoje, quer queiramos, quer não, não posso falar para outras comissões, mas é raro acontecer uma comissão agendar uma reunião e não ter lugar por falta de quórum. Então, não se está a produzir mais? Também tem que se ver esse lado.

Eu não tenho este entendimento de que um deputado a tempo inteiro tenha que entrar aqui às 7 horas e sair às 15 horas e 30 minutos. Há outros países que também têm essas leis e o deputado não é obrigado sequer a estar aqui e assinar o livro de ponto. Aliás, assinar livro de ponto para quem? O deputado não tem chefe. Há um presidente que os representa, porque toda a gente não pode representar um órgão, mas não é nosso chefe. Que fique bem claro que somos todos iguais, eleitos pelo povo. Mesmo os outros que não foram eleitos, desde que estejam em funções, estão a representar o povo, e ponto final. Logo, isso de estar aqui até às 15 horas e 30 minutos, não é nada disso e não se está também a falar da questão salarial, porque só agora, com a Lei de Impunidade, é que se descobriu, não. Efectivamente era um tabu, muito pouco gente sabia qual era o salário dos funcionários da Assembleia. Quero vos confessar que tenho três, quatro mandatos, mas é primeira vez que tomei conhecimento de que um funcionário ganha mais que um deputado, e não é aceitável. Não se está a pedir para baixar o salário dos funcionários, é para haver um equilíbrio.

Na reunião que tivemos com o Conselho de Administração, apontamos caminhos, demos indicações de como fazer e quando demos estava lá o director, que ganha muito mais que nós, e sabe que em momento algum demos indicações para baixar o salário de qualquer funcionário, para aumentar dos deputados. Portanto, isso é uma falsa questão.

Outra questão que tem que ficar bem clara, e aí estou de acordo com o Sr. Deputado que me antecedeu, se quisermos realmente ter uma Casa Parlamentar *comme il faut*, como dizem os franceses, então vamos sentar à mesa. Aí não há política, nem politiquice, nem nada, é discutir com lógica, porque isso de politiquice, todos nós fazemos.

Quanto à questão de dois, três salários é preciso ter memória. Normalmente, eu gosto de ler jornais de todos os partidos e tenho um jornal do ADI com nomes de pessoas que tinham dois, três salários, e digo quem: o Sr. Albertino Bragança. Na altura, o senhor era assessor de várias instituições e foi atacado num jornal público. Isso é do PCD? É do MLSTP/PSD? Não, do ADI. Então, não fomos nós que levantámos a questão de dois, três salários. Hoje, não tenhamos dúvida de que há deputados que, de uma forma ou de outra, também tem dois, três salários. Portanto, a questão não é essa, acho que devemos sentar à mesa e discutir efectivamente quantos deputados queremos para esta Casa Parlamentar, que tipo de deputados queremos e como é que devem ser eleitos. É uma coisa muito importante e o povo quer saber realmente, porque há muita gente que é eleita que o povo não sabe, porquê. Vamos todos com a nossa cara ao terreno pedir «votem em mim» e não na lista de um partido qualquer, para vermos quem será quem.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa, ao abrigo do n.º 2 do artigo 99.º.

O Conselho de Administração é um órgão e está representado por todos os partidos e penso que quando o Presidente faz uso da palavra está a representar o órgão, não o ADI. É que quando ele interveio o

tempo estava a contar e ficamos com pouco tempo. Gostaria de alertar porque quando o Presidente do Conselho de Administração falou o tempo foi descontado ao Grupo Parlamentar do ADI.

É isso que gostaria de pedir à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado pode ter alguma razão, mas o mal já está feito. Vamos ultrapassar isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estou condicionado para fazer uma intervenção, porque foi feita uma pergunta ao Conselho de Administração. Também tenho o documento sem assinar e queria resposta. Só depois disso farei a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Só para esclarecer, tenho um documento assinado, posso até mostrar, na base deste documento que mandei publicar. Tenho assinado, despachado e está publicado no *Diário da Assembleia Nacional*.

O Sr. Deputado pode não ter recebido este documento, mas o documento oficial está publicado no *Diário da Assembleia Nacional* e tem três assinaturas.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Pelas informações que temos, há membros do Conselho de Administração que não assinaram.

O Sr. **Presidente**: — Sim, há dois membros que não assinaram, mas há três que assinaram.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Esse esclarecimento que gostaríamos de saber, só isso.

O Sr. **Presidente**: — O documento que tenho está assinado pelo Presidente do Conselho de Administração, no documento tem três assinaturas, exceptuando os outros dois.

Quem não assinou é a Sra. Deputada Ana Rita e o Sr. Deputado Jorge Correia, mas tem a assinatura do Presidente e de mais dois membros. O Conselho é composto por cinco pessoas. Acho que cabe aos outros dizerem porquê que não assinaram.

O Sr. Presidente tem alguma resposta sobre o porquê que os outros não assinaram?

Murmúrios.

Isso é democracia, ninguém impõe nada.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Não estou a orientar ninguém. Sr. Deputado Vasco Guiva, estou apenas a emitir uma opinião, tenho esse direito.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, referi-me ao Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira e não à Mesa. Eu disse «bancada».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Srs. Deputados, de acordo com o Regimento, cada deputado, no Conselho de Administração, representa o seu grupo parlamentar. Gostaria de dizer que subscrevi o documento enquanto Presidente do Conselho de Administração e os outros dois colegas deputados que representam os respectivos grupos parlamentares também saberão explicar porque é que não subscreveram o documento. Daí que não posso ser eu a responder por eles. Entretanto, o documento continua válido, porque o Conselho de Administração gere-se pela maioria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que fui mencionada, tenho que explicar porque é que não assinei o documento. Não assinei porque, primeiro, elaboramos o orçamento da Assembleia de acordo com o plano estratégico que fizemos aqui na Assembleia para a esta legislatura. Com base na sugestão do Secretário-Geral, fomos aos grupos parlamentares, ouvimos todos os grupos, recebemos as contribuições e tudo isso foi anotado. Um dia após as reuniões com os grupos parlamentares, estivemos todo o dia a trabalhar para tentar arranjar uma alternativa às preocupações que foram levantadas unanimemente por todos os grupos parlamentares. Não diria só o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, mas todos os grupos parlamentares levantaram preocupações e passamos todo o dia 29, sem

almoçar, a trabalhar para fazer ajustes ao orçamento que tínhamos em mãos. Qual foi o nosso espanto? No dia seguinte, depois de fazer todo esse exercício, fomos chamados para nos dizerem que não era possível.

Uma Voz: — Alteração às propostas.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sim. Alteração às propostas. O mais agravante foram as conversas pouco ortodoxas que tivemos que ouvir. Por esta razão, com a idade que tenho não estou sujeita a ouvir coisas que não são do meu agrado. Abandonamos a sala e não assinamos o orçamento da Assembleia.

É verdade que o ADI tem a maioria, mas a Assembleia é um órgão colegial e o Conselho de Administração tem o dever de zelar pelo cumprimento do plano e também para a melhoria de condições dos deputados e dos funcionários. O que não se pode consentir é a utilização do Conselho de Administração para fazer política.

Uma Voz: — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sim. Bom, o Conselho de Administração não está para fazer política. Podemos fazer política noutro campo, mas com uma coisa que toca com a vida dos deputados, condições de trabalho para os deputados, não. Por esta razão, da minha parte, não assinei. Não foi a primeira vez. Quando tivemos a reunião com o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, também houve conversas pouco ortodoxas. Não quero aqui dizer nomes, até a pessoa em questão foi chamada atenção por nós. Temos que saber respeitar as pessoas. Não podemos estar a gastar o tempo e esforço das pessoas para depois elas ouvirem coisas que não gostariam de ouvir. Eu não assinei por essas razões, o Sr. Deputado Jorge Correia terá as suas razões.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD). — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Não devo tirar uma vírgula daquilo que foi dito pela Sra. Deputada. Se voltar a explicar, estarei a ser repetitivo, mas o que peço é que as pessoas, seja em que quadro for, saibam dar tratamento ao esforço de cada um. Compreendo o Sr. Presidente do Conselho de Administração, mas gostaria de dizer que fiquei um bocado desiludido com a maneira como o mesmo, pressionado, é aí quando a Sra. Deputada fala de política no Conselho de Administração, que é um órgão de gestão. Dentro dos parâmetros daquilo que está estipulado nas leis que regem a Assembleia, o Conselho de Administração tem um papel extremamente importante e o Sr. Presidente não conseguiu dar explicações relacionadas com o trabalho que tínhamos feito no dia anterior.

Inclusive fomos chamados tempestuosamente, de uma forma que nem sabíamos para o que era, que deveríamos nos reunir, e a única resposta foi que ele não se revia naquilo que todos nós tínhamos feito, quando ele próprio era a pessoa que estava, de certo modo, de acordo com o trabalho que tinha sido feito. E mais, a maneira como o Sr. Secretário-Geral, se há receio de dizer, se comportou na reunião, nós lamentamos e foi por causa disso que não assinamos. Porque a Assembleia tem situações que entendemos. Não falemos do salário e é preciso que fique bem claro que, pelo contrário, gostaríamos que os funcionários da Assembleia tivessem o melhor salário possível. No trabalho que fizemos, não tiramos uma vírgula sequer do salário dos funcionários da Assembleia. Achamos que os trabalhadores da Assembleia deveriam ganhar muito bem, para nos assessorarem, nos ajudarem melhor, para que os nossos trabalhos tenham êxitos. Isto é o que nos norteia.

Porém, também vimos que a situação dos deputados não era a melhor, mas o que mais nos chocou foi quando passamos para o orçamento capital. Por exemplo, temos uma casa de banho que é uma vergonha; temos uma fossa que não funciona; temos um parlamento em que a água não sobe. Quem for agora à casa de banho não terá água para lavar as mãos; temos uma parte exterior do Parlamento que é uma vergonha. E é isto que entendemos que aquele valor de capital deveria ser utilizado, para coisas muito concretas, principalmente aquelas que anunciei agora. Não falemos do salário. Aliás, a parte que criou maior conflito não foi a parte salarial, foi precisamente quando se falou de alocar a verba de capital, para o quê deveríamos alocar essas verbas.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, mais intervenções sobre o orçamento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Já que estamos a discutir o orçamento da Assembleia, tomo a palavra para dizer que vi no Estatuto dos Deputados, no artigo 16.º, «deslocações», que os deputados que residem nos distritos mais distantes da capital têm direito, durante as reuniões da Assembleia, a um subsídio diário para alimentação e alojamento, mas o que me interessa aqui, Sr. Presidente, é o transporte. Diz o artigo que «No exercício das suas funções ou por causa dela, os Deputados residentes fora do Distrito de Água Grande têm direito a meios de

transporte entre o local de residência e reuniões da Assembleia Nacional.» Isso não corresponde à verdade, porque somos cinco deputados a nível do Distrito de Caué, sou a única que reside na Cidade de Angolares e só tenho tido transporte nas sessões plenárias. Nas reuniões da Rede das Mulheres Parlamentares e das comissões, faço parte da 2.^a Comissão Especializada, não tenho tido apoio com o transporte. Chego cá muito cedo, hoje tive que me levantar às 5 horas e 30 minutos para me preparar e às 7 horas e 30 minutos já estava de caminho para a cidade. Se estamos a discutir o orçamento dos deputados, temos que tomar em consideração a deslocação, principalmente dos deputados que residem fora do Distrito de Água Grande.

Sou contra aquele subsídio de 400 000 dobras que são dados de igual forma para todos os deputados, tanto para quem vive aqui ao lado da Assembleia Nacional, como para mim que saio de Angolares.

Já que estamos no espaço próprio para falarmos, estou a colocar as questões. Por isso, Sr. Presidente, Sr. Presidente do Conselho de Administração, a minha vida está nas vossas mãos.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço imenso os factos que foram aqui apontados, verificarei pessoalmente com os serviços para saber o que se passa e poder melhorar neste aspecto, sobretudo em relação ao transporte.

Quanto ao subsídio, não tenho muito a pronunciar, porque tem sido assim para todos os deputados, o subsídio é único. Para as reuniões é que se dá esse subsídio.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Há quem come bem em casa. Eu não como em casa.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Esta bem, Sra. Deputada, o subsídio é precisamente para colmatar essas pequenas falhas e é igual para toda gente.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, normalmente as questões são levantadas aqui e nota-se de facto uma grande sensibilidade da parte do senhor, mas o que quero dizer é que isso não pode ficar só na sua sensibilidade, é necessário executar. Falamos, reclamamos, o Presidente concorda, mas no fundo não se resolve nada. Não basta simplesmente estarmos aqui a ser sensíveis e dizer que concordamos. Os problemas têm que ser resolvidos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado sabe muito bem como é que sou. Quando digo que aponte a questão, não esqueço. O Sr. Deputado já tem sobejo exemplo disso. Quando me apresentou aquele problema, foi ou não resolvido? Foi. É só para lhe dizer que isso está muito bem apontado e quando chegar à altura certa, direi como é que será, na hora própria e à pessoa interessada.

Parece que já não há intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para fazer uma pergunta ao Sr. Presidente do Conselho de Administração. Gostaria que me explicasse, no mapa 4, o que quer dizer «outros investimentos», tendo em conta que disse o Sr. Deputado membro do Conselho de Administração que já está contemplada a verba para a questão da água e electricidade. O que é isso, ainda com um valor de 1.5 mil milhões de dobras?

No capítulo que diz respeito à formação para os Deputados tem uma verba e depois um outro capítulo fala de capacitação do Conselho de Administração, com uma outra verba. Porquê essa separação? São os dois aspectos que gostaria de levantar.

Por último, quero pedir ao Sr. Presidente que exerça a sua influência. Em 2015, havia uma verba para o parlamento infanto-juvenil e nós temos um engajamento com a UNICEF. Na altura, foi feita a alusão, pelo Sr. Presidente interino, quando recebeu a visita das crianças cá na Assembleia Nacional. É que estamos com uma dificuldade, porque segundo o Sr. Secretário-Geral, não se chegou a arrecadar a tal verba para implementar esse projecto. A meta que temos é até Junho para inaugurar a primeira sessão do parlamento infanto-juvenil. Por isso queria pedir que da mobilização que se fizesse no primeiro trimestre de 2016, que se contemplasse, na base do programa que foi apresentado, essa verba, ou parte dela, de forma a darmos o início a este processo, porque é longo e vai envolver as bancadas, bem como os partidos políticos, a selecção das crianças ao nível das escolas, a deslocação dos membros e a sensibilização.

Há todo um processo e se houver atrasos em termos de desbloqueamento das verbas não cumprimos essa meta que se estabeleceu com a UNICEF. Por isso, queria pedir a sua indulgência. Sempre que marcamos os encontros, não há recursos ou não se mobilizou. Queremos ver no ano de 2016, como é que se efectiva, porque a própria Assembleia Nacional se engajou nesse processo de institucionalização do parlamento infanto-juvenil.

O Sr. **Presidente**: — Como dizia eu no início, aponte também essa preocupação e em devida altura veremos como enquadrar soluções para todos esses problemas que estão a ser levantados. Por outro lado, queria esclarecer que estamos na sede da discussão na generalidade. Algumas questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado têm a ver com a especialidade. Quando lá entrarmos, por favor, volte a colocá-las, para poder depois ter alguma resposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para esclarecer que tenho o mapa com a nota explicativa, em que vinha de facto o programa para o ano 2015 e está no 8.º ponto «A promoção do parlamento infanto-juvenil». Para o ano de 2016 continua a prossecução da implementação desse mesmo programa. Agora é uma questão apenas de materializar. Como diz o Sr. Deputado com alguma razão, para quando chegar o momento não dizerem que não há verba.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções!

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente do Conselho de Administração, aqui na Assembleia já há alguns anos, temos grupos de amizade, mas se não for uma distração minha, desta vez não foi alocada nenhuma verba para as actividades dos grupos de amizade da Assembleia Nacional. Gostaria que me esclarecesse sobre o assunto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é que fica mal, pois muitos parlamentos vieram para a constituição desses grupos de amizade. Cria-se os grupos e depois nada se implementa. Quando nós recebemos e ouvimos as opiniões de vários consultores que é preciso levar o Parlamento para fora, de forma a trocarmos experiências. Sobretudo num parlamento que temos cerca de 60% de novos colegas deputados que precisam de trabalhar nesse sentido. No orçamento não existe esse capítulo, está mesmo zero.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, convidaria o Sr. Presidente do Conselho para que respondesse às questões que foram colocadas.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas para responder a esta pergunta, porque ainda estamos no âmbito global.

Bem, em relação a esta pergunta, Sr. Deputado, que tem a ver com a alocação de verbas para suportar as despesas com os grupos de amizade, estas verbas estão diluídas nas verbas de capacitação e formação. É a metodologia que a Assembleia adoptou, porque não há de facto uma programação dos grupos de amizade. Ainda não se sabe para este ano quantas saídas é que vão ocorrer. Essas verbas normalmente são alocadas no capítulo de subsídios de viagem e com bilhetes de passagens. Daí que ficam todas agrupadas numa mesma rubrica.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, essa resposta dada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração não me convenceu. Para o Conselho de Administração está aqui no capítulo de formação 1.5 mil milhões. Diga-nos pelo menos aquilo que toca aos grupos de amizade. Há propostas que se podem alterar aqui. Há uma proposta para «outros investimentos», 1.5 mil milhões e não está detalhada.

Criámos os grupos de amizade, não se aloca a verba, mas o Conselho de Administração tem uma verba particular. Porque é que não se transfere essa verba para os grupos de amizade que criámos? Quer dizer, quando é para o grupo de amizade e formação, o bolo é global e não se sabe quanto é, mas quando é para o Conselho de Administração, há uma verba alocada directamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para responder a esta pergunta. Mas quero voltar a dizer ao Sr. Deputado que estamos a fazer a apreciação na generalidade. Está a entrar muito em questões que têm a ver com a especialidade. Agradecia que se pudesse conter um pouco e quando entrarmos na sede da discussão na especialidade, voltaria a colocar todas essas questões.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, então temos que definir. Primeiramente, passaríamos à votação final global e depois passaríamos para a especialidade, porque terei que me sacrificar, tendo que ir e voltar e isso é um pouco chato. Ao nível regimental, tem-se que seguir esses trâmites.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, talvez a pergunta que fez no âmbito da especialidade. Daí que voltamos a colocar essa pergunta para a segunda fase do nosso debate.

Estamos ainda com a apreciação na generalidade e agradeço que as intervenções se cinjam a este aspecto.

Mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados, na generalidade, apreciação global.

Não havendo mais intervenções, vou sugerir que façamos uma pequena suspensão de 20 a 30 minutos e retomaremos para apreciar na especialidade, depois terminaremos a sessão.

Eram 11 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Gostaria de saber se há mais algum Deputado que queira intervir, no âmbito da generalidade. Até agora verifico que não há reacção na sala, daí que vou pedir à Sra. Secretária para proceder à leitura do texto de resolução que vai ser adoptado para aprovar o nosso orçamento. Agora, na generalidade e depois entraremos na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes, para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, penso que há um erro que vai possivelmente alterar o tecto do orçamento. No capítulo 3, transferências correntes, há uma verba para a Comissão Eleitoral Nacional de 100.000,00 (cem mil dobras).

Uma voz: — 100.000,00?

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sim, 100.000,00. Deve ser um erro e penso que vai alterar o tecto. Se aprovarmos o texto na generalidade, isto quer dizer que vai continuar com erro. É o capítulo 3, código 03.01.02, 100.000,00. É incoerente.

Mas já agora, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade já que estou no uso da palavra, voltamos a incluir a implementação da Rádio/TV ANSTP. É uma coisa que vem há anos e nunca conseguimos resolver a situação, assim como também a transmissão de um programa da ANSTP, mas, por outro lado, encontramos somente a difusão das sessões plenárias via rádio e hoje já estamos em condições para transmitir via televisão. Porquê não retirar parte das verbas da Rádio ANSTP e do programa radiofónico, para aumentar a verba para a transmissão, não só áudio como também visual. Como está, só tem rádio.

Já há condições técnicas no País para a transmissão directa via televisão. Portanto, era só aumentar essa verba, redistribuindo-a através das verbas da radiodifusão e do programa radiodifusão da Rádio ANSTP.

O Sr. **Presidente**: — Também é uma intervenção no âmbito da especialidade.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Pois é. Por causa disso, vamos passar à especialidade, mas com esse erro vamos continuar a cometer erros.

O Sr. **Presidente**: — Bom, não sei se da parte do Conselho de Administração querem opinar acerca disto. Portanto, estamos na apreciação na generalidade. Registem esses erros todos, depois far-se-á a devida correcção.

Como eu dizia, vamos aprovar na generalidade o orçamento e vou pedir à Sra. Secretária para ler o texto da resolução, depois passaremos a analisar artigo por artigo, depois a apreciação na especialidade.

Temos um pedido de intervenção do Sr. Deputado Jorge Correia, que quer intervir para aclarar a situação referente a essas rubricas.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, há verbas que foram colocadas em determinadas rubricas com um valor extremamente irrisório, apenas para não deixar a rubrica em branco, porque esperávamos, segundo as informações do Sr. Secretário-Geral, ter mais algum dinheiro, que eventualmente possa advir da parte do Governo. Se vier, essas rubricas terão valores maiores.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado pela intervenção. Portanto, o Conselho de Administração é que sabe normalmente como resolver, porque eles é que propõem as ideias para o nosso orçamento.

Bem, vamos aprovar assim mesmo ou faz-se já a devida alteração?

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Ou faz-se uma recomendação...

O Sr. **Presidente**: — Ou uma recomendação, talvez?

O Conselho de Administração fará uma recomendação para poder analisar esta questão, avaliar e propor algo que seja consentâneo com aquilo que pretendemos.

Dito isto, vamos continuar.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

A Sra. **Secretária**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

«Projecto de resolução do orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico de 2016.

Preâmbulo.

A Assembleia Nacional, no uso da sua competência, no n.º 1 do artigo 17.º da Lei 04/2007, de 9 de Março, (Lei Orgânica da Assembleia Nacional), resolve nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação do orçamento.

É aprovado o orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico de 2016, conforme os mapas numéricos 1, 2, 3 e 4 e os mapas do pessoal em anexo, que fazem parte integrante da presente resolução.

Artigo 2.º. Receitas.

As receitas são emitidas em STD 69 362 000 000 00 (sessenta e nove mil milhões, trezentos e sessenta e dois milhões de dobras), sendo STD 48 862 000 000 00 (quarenta e oito mil milhões, oitocentas e sessenta e dois milhões de dobras) correspondentes às receitas correntes e STD 20 500 000 000, 00 (vinte mil milhões, quinhentos milhões de dobras) correspondentes às receitas de capital.

Artigo 3.º. Despesas.

As despesas são fixadas em STD 69 362 000 000 00 (sessenta e nove mil milhões, trezentos e sessenta e dois milhões de dobras), sendo STD 48 862 000 000 00 (quarenta e oito mil milhões, oitocentas e sessenta e dois milhões de dobras) correspondentes às despesas correntes e STD 20 500 000 000 00 (vinte mil milhões, quinhentos milhões de dobras) correspondentes às despesas de capital.

Artigo 4.º. Salário.

É aplicado o aumento da massa salarial em 10,63%.

Artigo 5.º. Senhas de presença.

1. Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes e da Rede das Mulheres Parlamentares têm direito às senhas de presença por cada reunião, no valor de STD 400 000, 00 (quatrocentas mil dobras), não devendo ultrapassar 2 (duas) Comissões Especializadas Permanentes por cada deputado.

2. Por cada reunião extraordinária do Conselho de Administração, os seus membros têm direito a senhas de presença de igual valor aplicado nas Comissões Permanentes da Assembleia Nacional.

3. As senhas de presença são pagas mediante apresentação do relatório de presenças dos deputados, devidamente assinado.

4. Para o efeito do n.º 3, o Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões remete ao Departamento de Gestão Financeira, até ao dia 14 de cada mês, o relatório acima referido.

Artigo 6.º. Faltas.

1. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas, com base nas disposições do Regimento da Assembleia Nacional e do Estatuto dos Deputados.

2. Por cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente à senha de presença.

Artigo 7.º. Execução.

A execução do orçamento da Assembleia Nacional é feita nos termos da Lei n.º 4/2007.

Artigo 8.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 6 de Janeiro de 2016.

O Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo.»

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, acabam de ouvir o texto da resolução apresentado pela Secretária e gostaria de saber se têm alguma opinião em contrário ou querem fazer alguma correcção. Se não, passemos à aprovação do texto na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Vamos passar à apreciação na especialidade.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa teria já avançado algumas propostas de discussão nessa matéria e convido-o a voltar a colocar as questões.

Mais sugestão para a especialidade?

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro, para uma intervenção.

A Sra. **Ângela Costa Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, a minha preocupação é sobre o funcionamento da Rede das Mulheres Parlamentares.

Depois do ano que passou, 2015, temos vindo a analisar a situação da Rede e entre nós, as Mulheres Parlamentares, planificámos algumas actividades que conseguimos realizar, mas dentro das nossas contribuições financeiras. Sabemos que a Rede, de qualquer maneira, vem enaltecendo mais o nome do nosso Parlamento. Então, a minha proposta é termos a possibilidade de termos uma rubrica destinada para essas actividades de carácter social que a Rede das Mulheres vem fazendo, porque temos essa organização e toda gente sabe que uma organização não consegue funcionar sem meios financeiros. Então, a minha proposta, junto ao Conselho de Administração, é ver qual é a possibilidade de também termos um recurso financeiro disponível ou planificado para as actividades que vamos realizando na Rede das Mulheres Parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, registamos a sua preocupação.

Mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados?

Passaremos depois a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, que poderá responder, porventura, a essas preocupações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, em Julho do ano passado, a Assembleia Nacional foi convidada a participar, em Brasília, num Encontro para a Criação de uma Frente Parlamentar da CPLP Contra a Fome e Má Nutrição. E é todo um processo que está em curso que se retomou em Timor, no mês de Outubro, para a criação da referida frente parlamentar, no âmbito dos países da CPLP, mesmo da organização.

Em Julho, remetemos o nosso relatório ao Sr. Presidente, no qual propúnhamos que o Parlamento sãotomense criasse também uma frente parlamentar contra a fome e má nutrição, tendo em conta que a própria FAO está disponível para nos apoiar na sua criação. Assim, como temos num dos artigos a questão da Rede das Mulheres, não sei se não era também necessário aproveitarmos já a aprovação do nosso orçamento, para criar esta e outras modalidades de agrupamentos de deputados a serem criadas e metermos já neste orçamento de 2016. Ou seja, assim como temos a Rede das Mulheres, temos o Conselho de Administração, antecipávamos também outras frentes a serem criadas, no âmbito do Parlamento.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, vou convidar o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para começar a responder a algumas preocupações aqui levantadas pelos Srs. Deputados. Inicialmente, foi o Sr. Deputado Arlindo Barbosa e agora há uma preocupação levantada pelo Sr. Deputado Xavier Mendes. São duas preocupações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, em relação às preocupações ligadas aos grupos de amizade, a política do Conselho juntamente aos serviços foi agrupar verbas. Se houver uma outra proposta, que seja exposta.

Em relação à rubrica da Rádio/TV, como disse também outro nosso colega do Conselho, se os Srs. Deputados repararem, hão-de notar que há rubricas com verbas que, se formos ver assim a olho nu, à primeira vista, vê-se logo que são verbas que não conseguem suportar. Ou seja, são verbas que só são atribuídas na vontade de querer fazer, se houver condições, durante o exercício do ano, então reforça-se essas verbas. É o caso da verba para a Rádio e TV da Assembleia. Esta é uma vontade do próprio Parlamento de algum tempo a esta parte, mas as verbas são de facto irrisórias, porque não houve possibilidades de se colocar verbas para isso. Durante o ano, havendo possibilidade para tal, faz-se transferências para que isso seja efectivado.

O Sr. Deputado também manifestou preocupação em relação a essa rubrica de 010399 «outros abonos». Sr. Deputado Arlindo Barbosa, esta é uma rubrica que suporta outras despesas da Assembleia, como por exemplo, neste momento, temos dois grupos de geradores e há um grupo que há qualquer momento deixa de responder. Bem, desta rubrica, ao longo do ano, poderá sair verba para suportar essa despesa e também é dessa rubrica que sairá, por exemplo, verbas para suportar despesas de uma visita de identidades ao nível do Parlamento, quando presidentes doutros parlamentos vêm. Quando há despesas não esperadas do Parlamento, recorre-se a essa rubrica para suportar essas despesas.

Em relação às despesas que estão fixadas ao nível de intercâmbios, capacitação de deputados, formação e capacitação dos funcionários e capacitação do Conselho de Administração, o Conselho de

Administração entendeu que, para este ano, fazer alguma capacitação dos seus membros. O Conselho de Administração nunca beneficiou de alguma capacitação, mas também não ficaremos contra se os Srs. Deputados entenderem que não deve ser. Retiramos. Foi uma intenção do próprio Conselho para também capacitar os seus membros, porque nós temos deparado com algumas ineficiências por parte do próprio Conselho. Se os Srs. Deputados acharem que essa verba deve ser transferida para uma outra rubrica, o Conselho não se opõe, tendo em conta que estamos ainda no âmbito de uma proposta.

Em relação à capacitação dos funcionários, todo mundo sabe bem o que é. Agora, intercâmbio e capacitação dos deputados, essa rubrica suportará também essas actividades que dizem respeito ao grupo de amizade e outra parte pode suportar a Rede das Mulheres Parlamentares. Julgo que o que está a acontecer é que às vezes não temos as coisas programadas, às vezes a Assembleia tem dificuldade monetária e quando entra uma verba, ela é imediatamente posta à disposição para as actividades que já estão programadas. Daí que julgo que se a Rede das Mulheres puser também na sua programação alguma actividade ao nível social, não há inconveniência, porque não precisa ter uma verba específica para essa actividade. Há rubricas no orçamento que podem suportar essas actividades. Agora, tudo depende da condição monetária na altura em que se pede essa verba. Por exemplo, temos a questão de visitas das comissões. Quase que não se faz, não porque não se quer, mas muitas vezes porque não há condições para se fazer. Daí que esses casos podem ser devidamente resolvidos, combinando com o Sr. Secretário-Geral e os serviços e programados como deve ser, para que, durante o ano, quando houver mecanismos para tal, se possa realizar essas actividades.

Em relação a 100 000,00 dobras que o Sr. Deputado tinha feito referência, quanto à rubrica da Comissão Eleitoral, como ela é um dos órgãos autónomos da própria Assembleia, não é a Assembleia que suporta os encargos. Daí que há uma cifra que está plasmada somente para não deixar vazia a rubrica. A qualquer momento, quando houver uma situação, faz-se a transferência de qualquer lado, mesmo da verba de capital, para responder a essa rubrica. Portanto, é um valor simbólico, para poder responder a qualquer momento, quando houver essa situação, mas não confundamos essa verba da Comissão Eleitoral com a do Gabinete Técnico Eleitoral. As verbas do Gabinete Técnico Eleitoral estão salvas. Esta verba é para a Comissão Eleitoral. Como é a Assembleia que tem essa responsabilidade, então ela fica só plasmada, de forma a sofrer qualquer reforço, se for necessário.

Sr. Presidente, julgo ter respondido plenamente às questões, mas se houver alguma que não respondi, estou disponível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado, António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente do Conselho de Administração, não me convenceu muito a explicação dada sobre a rubrica que o Sr. Deputado Arlindo levantou. Para mim não é transparente. Sabe-se que o gerador tem problemas. Uma das justificações foi que poderá de lá sair uma verba. Sabe-se que o gerador tem problemas, porquê não alocar uma verba para a recuperação do mesmo? Tem que haver ali uma rubrica praticamente sem destino, e depois se usa o argumento de que poderá, nem está confirmado, recuperar o gerador. Corre-se o risco de, no fim da Legislatura, vir-se aqui dizer que essa verba fez tais e tais coisas, quando no fundo não fez.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não é para cansar os Srs. Deputados, mas essa explicação do Presidente do Conselho de Administração voltou a complicar a minha cabeça. Confesso que não percebi absolutamente nada. Primeiro, porque é que se está a fazer esta distinção entre o Conselho de Administração e os outros deputados. Então, poderia criar-se também um figurino de Presidentes das Comissões, com uma verba para capacitação. Se há formação para deputados, quem está no Conselho de Administração são deputados, porquê essa verba só para o Conselho de Administração, quando todos os grupos parlamentares, em 1 ano, não fazem uma jornada parlamentar? Não há verba aqui alocada para jornadas parlamentares. Ou queremos fragilizar a parte política da Assembleia ou uma coisa qualquer.

O Sr. Presidente do Conselho falou de gerador, mas vejo aqui mais em baixo «aquisição de serviços», somando 5 biliões. Então, aquisição de serviço é o quê? É gerador mesmo ou é outra coisa? «Outros investimentos», se está abarcado aqui, então diga «estamos a prever para este ano uma manutenção que ronda X. Tudo isso são trabalhos técnicos. Não somos nós que vamos fazer isso, mas é bom explicar as verbas.

Se levanto preocupações quanto a essas rubricas, é porque são valores altos.

Jornadas é uma questão fundamental e estamos a partir para a discussão do Orçamento amanhã. Nós, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, solicitamos uma verba para fazer jornadas sobre o Orçamento, zero. Hoje vamos aprovar o orçamento de 2016, em que só verbas que não estão aqui discriminadas são cerca de seis biliões e tal, sem se dizer para quê, e aponta-nos uma razão que é o gerador. Isto não é argumento. Por isso, Sr. Presidente, para que façamos a execução, teremos que saber aquilo que foi alocado. Aqui está

1,5 biliões para formação e acabou. Então, porquê não se pega essa verba e faz-se a divisão, 700 ou 500, para os grupos de amizade? Assim, quando estivermos a fazer a execução, saberemos, nessa rubrica, quantos porcentos atingimos em 2016. É este trabalho que temos que fazer. Agora, pôr verbas aqui, num pacote muito grosso dizer «outros» cria-me muita dúvida. Sr. Presidente do Conselho de Administração, não me convenceu a sua explicação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, venho evocar o Regimento, no artigo 64.º. Estamos na discussão na especialidade, então é artigo por artigo. O que estou a ver aqui é que estamos a abrir outra vez um debate na questão que deveria ser na generalidade. Então, é só isso. Portanto, gostaria que seguissemos estritamente o Regimento. Estamos a abrir outra vez o debate.

O Sr. **Presidente**: — Estamos agora a discutir na especialidade as rubricas e o orçamento também. Depois vou passar à votação. Aí é que vamos apreciar rubrica por rubrica. É o que estamos a fazer.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, se calhar eu também não procedi bem, porque no início disse que íamos discutir na generalidade e depois passaremos à especialidade. É isso que estou a fazer.

Uma voz: — É novidade.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Se é novidade, é melhor assim. Vamos apreciar na generalidade e depois mais tarde, quando sugerir votação artigo por artigo, vamos verificar o texto em si. Agora, estamos a apreciar as rubricas que estão inseridas no orçamento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas e, por ser a primeira vez que faço o uso da palavra nesta Casa Parlamentar, gostaria de desejar a todos um bom ano, com muita saúde e paz.

Sr. Presidente, só quero chamar atenção, pelo facto de nós, enquanto Deputados, sermos fiscalizadores da acção governativa. Quando o Governo traz para aqui o seu orçamento, exigimos transparência, procuramos saber e conhecer os fundamentos de cada número que o Governo traz e julgo que devemos ser os primeiros a dar exemplo. Dar exemplo significa, ter um orçamento transparente, um orçamento que quem vê não precise de lupa para descortinar o que está lá.

Quando a gente põe esses montantes assim, sem muita justificação, dá a impressão que estamos aqui com um saco azul, o que nós próprios sempre comentamos que não queremos que o Governo traga. Então, se a gente não quer que o Governo nos traga isso no seu Orçamento, enquanto deputados e fiscalizadores da acção governativa, não podemos permitir que tenhamos um orçamento assim. Por isso, gostaria de pedir encarecidamente ao Conselho de Administração que discrimine o orçamento. Vamos deixar as coisas claras, com transparência, para mostrarmos que de facto queremos dar exemplo.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Deputada Maria das Neves.

Posto isto, há mais intervenções neste sentido?

Gostaria de saber da parte do Conselho de Administração se avançam com alguma proposta, tendo em conta algumas questões que foram aqui levantadas pelos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, julgo que o orçamento está feito, essa é a proposta, agora, agradeceria que os Srs. Deputados fizessem uma contra proposta e apresentassem para podermos votar. Agradecia que os serviços tomassem notas daquilo que for votado aqui, para depois se corrigir. Não tenho mais nada a responder nem a justificar em relação a esta proposta de orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente do Conselho de Administração, espero bem que os serviços estejam a notar todas essas discrepâncias e dúvidas, para *a posteriori* fazerem a devida inclusão no orçamento, para a fase de execução. Não sei se pode fazer agora essas alterações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, acho que efectivamente estamos com um problema um pouco difícil para resolver. Se quisermos efectivamente ter um orçamento transparente, que facilita a fiscalização da sua execução, necessariamente temos que suspender o nosso trabalho para o Conselho de Administração fazer o seu trabalho. Não se pode aprovar um orçamento com valores tão avultados a bruto, estamos a falar de cerca de 7 mil milhões, que ninguém consegue depois justificar as despesas. Está «outros» e dentro de «outros» pode surgir muita coisa, mas também temos um outro problema. Diz o Regimento que o orçamento da Assembleia é aprovado antes do Orçamento Geral do Estado (OGE), mas o Conselho de Administração já sabia disso. Portanto, deveria fazer o seu trabalho de casa, trazer um orçamento devidamente elaborado para aprovarmos. Ou faremos amanhã uma primeira sessão para aprovar...

Murmúrios.

Eu não sei, porque o tecto já não vai alterar. O tecto do orçamento da Assembleia já está no OGE. Portanto, não vai alterar. Estamos a discutir uma questão interna que não afecta em nada o OGE. Agora, se quisermos transparência, porque exigimos aos outros órgãos transparência, não podemos ser nós a esconder as coisas. Está claro, é isso que temos que fazer.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Só uma resposta, não estou a ensinar o pai-nosso ao vigário, mas sobre esta matéria vou citar uma coisa. Ontem, alguém dizia que «as árvores que não dão frutos não se atiram pedras».

O Sr. **Presidente**: — É uma realidade o que disse o Sr. Deputado Delfim Neves. Em princípio o tecto não vai alterar. Agora, o nosso problema é entender como é que são repartidas as rubricas internas da Assembleia. Portanto, se não altera o tecto, acho que podemos aprovar assim o tecto na globalidade e depois fazer os ajustes internos.

Uma voz: — Depois da generalidade, não haverá especialidade?

O Sr. **Presidente**: — Já votamos na generalidade.

Murmúrios.

Todavia, consideremos que o orçamento está aprovado na generalidade mesmo para o OGE. Havendo esse entendimento, poderemos ouvir também a sugestão de outros membros do Conselho, não apenas o Presidente, porque o Conselho é composto por mais deputados, e a partir daí tomaremos uma decisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MSLTP/PSD): — Sr. Presidente, quero apresentar uma proposta, face a este problema. É verdade que o orçamento da Assembleia tem que ser aprovado antes do OGE, mas isso para mim não é o obstáculo maior, porque estamos aqui para trabalhar e se há uma necessidade de resolver um problema tão grave como este que está aqui no orçamento da Assembleia, podemos suspender isso hoje, voltar aqui amanhã para o fazer correctamente e depois marcar o OGE para a Sexta-feira e Sábado, mesmo Domingo. Estamos aqui para trabalhar.

Esta é uma proposta.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado fez uma proposta, mas não devemos nos esquecer também que foi proposto, o Governo assiste às nossas conferências, e está decidido, em princípio, haver discussão a partir do dia 7 para o OGE. Houve uma concordância geral dos grupos parlamentares e também do representante do Governo, na nossa discussão na Conferência de Líderes. Portanto, é difícil alterar as coisas aqui. Porque no fundo me apercebi, é um problema mais interno. Portanto, devemos pensar e encontrar uma forma de sair dessa sem nenhuma complicação. No fundo, apercebi-me que algumas rubricas que faltam ser esclarecidas. Agora, se estiverem de acordo, faremos um esforço mesmo hoje.

Se o Conselho quiser, há mais membros, vão trabalhar a questão e tragam alguma proposta e avançamos, em vez de perdermos tempo. Se for necessário, faremos isso. Se houver uma forma plausível de sair dessa, em vez de adiar, suspendemos por alguns minutos, ouvimos os membros do Conselho, daríamos algum tempo e estaríamos cá para podermos dar continuidade ao trabalho, porque de facto todos estamos aqui para trabalhar. Se é para trabalhar, podemos aguardar um pouco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, entendo que a aprovação do orçamento é feita por etapas. Já aprovamos o orçamento numa primeira etapa, que é na generalidade. O Conselho de Administração pode pegar nas sugestões apresentadas aqui e fazer um trabalho, de forma que amanhã, por exemplo às 9 horas, aprovaríamos o orçamento da Assembleia e logo em seguida começaríamos a ver o OGE, mas também se os Srs. Deputados acharem que podemos continuar, dêem-nos um prazo de uma hora ou uma hora e meia para trabalhar, podemos fazer isso. Não vejo qualquer inconveniência neste sentido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, penso que em muitas ocasiões, evocamos aquilo que é a tradição ou a moda. Vimos aqui o modelo aquando da aprovação do OGE, na especialidade. Discute-se sector por sector, com as contribuições das Sras. e Srs. Deputados, faz-se aqui essas anotações e aprova-se. No meu entender, as contribuições dos Srs. Deputados são válidas, toma-se boas anotações e avança-se com as alterações e propostas.

É a minha contribuição.

O Sr. **Presidente**: — Também é bem verdade, mas só que...

Murmúrios.

As alterações nas especialidades.

Murmúrios.

Sim vão ter que trabalhar mesmo. Podem trabalhar aqui, como podem trabalhar...

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que há algumas propostas que foram avançadas aqui que são válidas. Estamos perante uma semana calendarizada para a discussão do OGE, que começará amanhã. Já aprovámos na generalidade o orçamento da Assembleia e mesmo a discussão do OGE não vai alterar o tecto do orçamento da Assembleia. E a proposta é o quê? Estamos a levantar questões em relação a alguns mapas que o Conselho de Administração não está a conseguir decifrar o montante. Este é que é o problema. Há dois mapas, estamos a fazer referência aos mapas 4 e 3. Então, há uma proposta de suspender e amanhã veremos os mapas, corrigiremos, aprovaremos e entraremos no OGE. Não se vai alterar mais nada. Queremos que nos expliquem esses mapas.

Agora, outra observação, sabemos que vai à votação, mas os Srs. Deputados têm que saber que depois este orçamento será publicado. Somos nós que estamos a levantar a questão de transparência e depois isso vai passar assim. Penso que a Comunicação Social também saberá fazer o tratamento jornalístico. Eventualmente, evocamos a questão de algumas dúvidas, mesmo assim os deputados aprovam. Não fica bem para a nossa Casa Parlamentar e penso que a Sra. Deputada Maria das Neves fez referência a isso. Mas o que é que está por de trás disso? É uma pergunta que também coloco ao Conselho de Administração. Qual é a razão deste montante? É para o gerador? Ok. É para fatos dos deputados? Ok. Vamos avançar.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, julgo que não devemos adiar nada. Eu já disse aqui, os Srs. Deputados levantam propostas. A explicação que os serviços deram ao Conselho é esta. A rubrica «outros investimentos», servirá para outras despesas inesperadas, durante o ano corrente. Uma delas é, se houver problemas com o gerador, se houver uma visita de alguma entidade, se houver não sei o quê e vai até 1,5 bilhões e até é pouco. Lembro-me que quando recebemos aqui S. Ex.^a o Sr. Presidente da Assembleia da República de Angola, gastamos cerca de 900 milhões de dobras. Portanto, um bilião e qualquer coisa não é nada, em relação a esses possíveis acontecimentos. É só a título de exemplo.

Em relação às rubricas que têm a ver com intercâmbio e formação, os Srs. Deputados, sugeria que levantassem propostas que fossem aqui aprovadas: «olha essa verba não deve estar cá, passa para os grupos de amizade». Ok, faz-se a votação, os serviços tomam boa nota e vão colocar a verba no seu respectivo sítio.

Quando sair no Diário, caso o que foi aqui aprovado não passar, podem usar das suas prerrogativas e reivindicar. É só isso, não vamos adiar por causa de algumas cifras que achamos que ainda há dúvida e não sei o que é. Por exemplo, se formos ver esta rubrica noutros orçamentos dos anos transactos, também

está a mesma coisa. São rubricas que suportam este tipo de encargos. Não há nada aqui a esconder. O orçamento da Assembleia é passado a pente fino pelo Tribunal de Contas, todos os anos, e antes de ir ao Tribunal de Contas passa pelo Plenário. Daí, Srs. Deputados, penso que não há nenhuma intenção aqui de esconder ou desviar qualquer coisa. São despesas que são feitas recorrendo aos trâmites legais, porque há entidades competentes que depois fazem o rastreio daquilo que é feito pela Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, é uma sugestão que acho válida. Não custa nada. São algumas rubricas que constatámos. Acho que podemos ver rapidamente rubrica a rubrica e propor. Assim ultrapassaremos a situação. Não é preciso adiarmos até amanhã. Acho que não. Estamos aqui para trabalhar e rápido. Um deputado levanta, rapidamente, o que é que se pode retirar, onde é que se pode colocar o outro e fica assim. Os serviços apontam, aprovamos assim. Amanhã será realmente o Orçamento aprovado com aquelas recomendações todas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não se trata de apenas algumas rubricas. Está-se a falar de um montante de quase 7 mil milhões, praticamente sem destino. Estão a pedir-nos aqui para apresentar agora uma proposta para 7 mil milhões? Acham que isso é possível? Se quisermos fazer um trabalho sério, sentarmo-nos aqui e fazermos isso com esses 7 mil milhões que estão no orçamento sem destino, tem que ser um trabalho feito com alguma concentração.

Murmúrios.

Não há problema nenhum. Quantos Deputados aqui não costumam avançar propostas, quando são coisas mais simples. Tem que ser propostas concretas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, em abono da verdade, já aconteceu aqui variadíssimas vezes, mesmo na discussão do OGE, nesta Casa Parlamentar, os deputados proporem e ser alterada. Já aconteceu. Porque é que hoje, no nosso orçamento, não conseguimos fazer isso. É tão fácil quanto isso. Não é tão complicado assim. É pensar um pouquinho mais. «Queremos alocar uma verba, por aquilo que ouvi aqui, um exemplo, para roupas de deputados». Quanto é que podemos alocar. Os serviços apontam e teremos o nosso orçamento aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas um desafio aos colegas Deputados. Gostaria de perguntar desde quando é que têm o projecto do orçamento? É que a sessão plenária foi agendada para hoje e os serviços disponibilizaram o *draft* há muito tempo. Logo, as propostas a serem submetidas já deviam vir com os Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, talvez no meu grupo parlamentar seja a última intervenção e vai-se aprovar o orçamento. Não é para confundir também as pessoas. Primeiro, para corrigir que não fiz proposta para roupa dos deputados aqui.

Risos.

Falei coisas concretas, falei de grupos de amizade, falei de jornadas parlamentares e aqui vamos aprovar e aceitar. Hoje, o Conselho de Administração tem a sua verba para capacitação. Mantem? Ok. Não vamos discutir. Não vamos avançar com qualquer proposta, porque já avançamos n propostas e o Conselho de Administração não teve a coragem de vir dizer «olha, essa pode ser consensual, submete-se à votação».

Fiz proposta em relação a grupos de amizade. Disse que há uma verba que está no capítulo de formação, porque é que não se pega nela e atribui 500 000 para esses grupos? Porque é que o Conselho de Administração não diz: «aceitamos» e põe a votação? Porque é que vamos nos esforçar agora para distribuir 7 mil milhões? Não é possível.

Peço aos Srs. Deputados que não estão a ver o mapa, é bom verem, porque isso compromete a nós todos. Vão ao mapa 4 e vejam as rubricas, meus senhores. Vejam como é que está o valor. Diz aqui «outros». Então, o que é aquisição de bens e o que é aquisição de serviços. Sabem para a aquisição de serviços está quanto? Está aqui 3 bilhões. É essa a dúvida. Não estamos a desconfiar de ninguém. Vejam o mapa.

Está outra vez, para a aquisição de bens, dois bilhões e tal. Já está em quantos? Depois vem «outros investimentos, 1,5. É dessas verbas que estamos a falar, Sr. Presidente. Isso é um trabalho de responsabilidade. Cabe aos serviços, nomeadamente o Sr. Secretário-Geral, e o Conselho de

Administração, atendendo às preocupações dos grupos parlamentares, assentarem e apresentarem-nos um quadro que favoreça.

Será que os grupos parlamentares não precisam de jornadas? Será que as Comissões não querem fazer visitas? Querem sim. Então, detalhem essas verbas para a classe política, para permitir que levemos o Parlamento para fora. Foi no seminário que gastamos dinheiro com consultores que foi dito que temos que pôr o Parlamento em contacto com as comunidades e com o cidadão, e tem-se que ter em vista o plano estratégico que aprovamos até 2019.

Sr. Presidente, ajude-nos! O senhor está a representar a Casa, este é o orçamento da Assembleia e penso que o Sr. Presidente tem uma voz para aconselhar os deputados. Evite esta de «vamos votar, vamos votar», porque depois disso se torna público.

Peço desculpa aos Srs. Deputados, se vos cansei. Talvez essa seja a nossa última intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, esta será a minha última intervenção, em relação a essa matéria, porque para mim está tudo claro. O entendimento que tenho disso, Sr. Presidente, é que aqui nesta Sala, os Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD, do PCD e, se calhar, o Deputado da UDD, é que não conhecem o objectivo dessa verba. Certamente, o Grupo Parlamentar da ADI conhece o objectivo específico dessa verba. Para mim e não tenho receio de dizer, isso é uma corrupção. O que está aqui é uma corrupção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço imensas desculpas, mas devemos actuar com alguma moderação na linguagem. Somos Deputados da Assembleia Nacional e dizer que no seio da Assembleia há corrupção, é grave. Dizer que não há transparência, por querer um esclarecimento, é outra questão, mas dizer que há corrupção, é muito grave, Sr. Deputado! Por favor, não volte a repetir esse tipo de argumento, porque não fica nada bem para a nossa Assembleia Nacional!

Devemos pedir à Sra. Deputada Maria das Neves para dar-lhe exemplo. Não somos nós a pactuar com a corrupção. Por favor!

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, é exactamente para dizer que precisamos ter cuidado com a linguagem. Estamos aqui a falar de falta de transparência. É grave! Estamos a falar do Conselho de Administração, que é um órgão da Assembleia Nacional. Não é um órgão do Grupo Parlamentar do ADI, nem do PCD, nem do MLSTP/PSD. É o órgão da Assembleia Nacional que representa todos nós. Por isso, temos que ter cuidado com a linguagem. Se notarmos, de facto, que há algumas falhas podemos sugerir, corrigir, alterar, mas nunca falar que há aqui indícios de corrupção ou de falta de transparência, porque no fundo não estamos a ser consequentes.

Acho que os Srs. Deputados podem e devem sugerir as alterações, devem apresentar as suas propostas, é verdade que o Conselho de Administração e os Serviços da Assembleia Nacional devem tomar nota das contribuições, para irmos analisar, mas está-se a dar muita ênfase à questão de falta de transparência. Daí que é preciso que o Sr. Presidente da Assembleia tome atenção, porque se trata de um órgão e é preciso termos cuidado.

Alguns Deputados disseram que falamos de transparência, falamos da execução cuidadosa do orçamento, mas não estamos a praticar isso aqui ou há indícios de não se praticar isso aqui. É muito grave! Por isso, acho que precisamos ter muita atenção com a linguagem, porque há pessoas que, de facto, usam a linguagem com algum exagero, o que pode comprometer a nossa Casa Parlamentar.

Outra questão, falou-se aqui de grupos de amizade e da Rede das Mulheres Parlamentares. Há uma rede que se criou aqui, não sei se o Sr. Presidente se lembra, que é a Rede de Redução de Risco e Catástrofe Natural, mas que não se fala disso também. Faço parte do grupo e alguns deputados, quer do Grupo Parlamentar do ADI quer do MLSTP/PSD, mas nem sequer se fala disso. Por isso, é preciso ter atenção também a essa questão. Criámos os órgãos, adoptamos as coisas e depois não falamos delas.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — É isso que eu estava a dizer. Bom, está-se a reconhecer que há lacunas no nosso orçamento e temos que sair dessa. Portanto, temos que encontrar uma solução.

Qual é a sugestão? Adiar para amanhã?

Vozes: — É hoje mesmo!

O Sr. **Presidente**: — É hoje mesmo! É o que eu disse no início. Podíamos fazer um pequeno intervalo de meia hora, talvez, para o Conselho trabalhar com os três elementos e o Secretário-Geral, e mais alguém,

sobre as possíveis alterações e apresentar uma proposta aqui. Depois passaríamos a apreciar a proposta e passaríamos à votação na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, acho que estamos aqui a fazer um exercício que no fundo requereria muito mais tempo. Sr. Presidente, não vamos adiar nem suspender. O orçamento da Assembleia sempre foi aprovado rapidamente. Daí que quero tranquilizar os Srs. Deputados. Sras. e Srs. Deputados, jornadas parlamentares, grupos de amizade, a Rede das Mulheres, no fundo estão contemplados no orçamento.

Murmúrios e risos.

Um momento, Sras. e Srs. Deputados! Seria bom que dessem uma vista de olhos neste mapa 4 «Despesas de capital». Os senhores querem que falemos a verdade, vamos falar a verdade! Srs. Deputados, são verbas. Os senhores sabem perfeitamente, porque vem todos os anos, não é de hoje. Despesas de capital?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Eu não sei...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ah não sabe? Elas quase que não existem.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Despesa de capital, mas vai continuar assim?

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, não é para proibir ninguém, mas há alguma ordem aqui. Quer falar, peça a palavra e eu dou.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Nós temos uma cifra, temos que a distribuir e está distribuída. Por isso, é que eu digo que estão salvaguardados todos os problemas. Agora, o problema que se põe é ter de facto o dinheiro, ...

Uma voz: — Em rubricas?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Está tudo distribuído em rubricas, Srs. Deputados. E com a possibilidade de se fazer transferência para rubricas que os Srs. Deputados melhor entenderem. Agora, são verbas que sabemos que não é de hoje nem de ontem, não atingimos nem sequer 50%. Srs. Deputados, estamos aqui a discutir umas cifras que nem vão existir. Temos que ser claros! Ainda estamos esperançosos que venham a existir. Quando existir, estarão salvaguardadas todas as situações.

Se os Srs. Deputados quiserem falar das despesas correntes, aí sim. Agora despesas de capital?

Depois, Srs. Deputados, aqui na Casa Parlamentar, o exercício da execução do orçamento tem as suas especificidades. Os Srs. Deputados sabem disso.

Sr. Presidente, não vamos mais adiar esse processo. Confesso que os Srs. Deputados têm razão, de facto, em partes, devia-se fazer um exercício melhor, mas é a forma que os Serviços encontraram para distribuir a cifra que o Governo pôs à disposição. Agora, vamos ver a sua execução. Não há nada aqui, Srs. Deputados. Bem, se calhar não falamos e temos que falar numa das plenárias da execução do próprio orçamento; falar do relatório de contas que brevemente teremos que apresentar. Estamos a ver a execução. Despesas de capital?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de apelar para que façamos atenção àquilo que discutimos e àquilo que aprovamos. Somos Deputados da Nação e exigimos que o Governo, para realizar alguma obra ou fazer alguma despesa, tenha que estar inscrita e dotada no orçamento. Quando o Governo realiza ou quer realizar uma obra que não esteja inscrita, ele deve fazer um orçamento rectificativo, para incluir no seu orçamento.

Aqui levantou-se uma série de coisas: verba para a Rede das Mulheres, verbas para os grupos de amizade, verbas para a Comissão de Catástrofes, que agora foi levantada. Não estando inscrita, Sras. e Srs. Deputados, não poderá ser executada. Não está inscrita no orçamento. Então, nós próprios estamos a violar o orçamento. Estamos aqui a criar condições para termos orçamentos paralelos. Não é possível. Que moral teremos amanhã para exigirmos ao Governo um orçamento com transparência? Não será possível! Então, vamos dar o exemplo, vamos incluir. Isso não é difícil, Sr. Deputado.

O senhor inclui aqui as rubricas que foram levantadas...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Propostas, Sra. Deputada!

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — ...há fundo aqui, façamos a redistribuição de verbas para que se saiba o que é que vai estar em cada rubrica.

Sr. Deputado, isso até vai-lhe salvar como Presidente do Conselho de Administração, execução do orçamento com transparência. Se não, o que temos aqui é um saco azul. Desculpe-me, mas é um saco azul. Isto não reflecte a transparência dos Deputados da Nação que querem fiscalizar outras acções.

O Sr. **Presidente**: — Agora, eu gostaria de dizer o seguinte: sejam pragmáticos e façam propostas, por favor.

Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Maria das Neves acabou de dizer que as rubricas que faltam têm a ver com a Rede das Mulheres, grupos de amizade, Rede das Catástrofes Naturais e jornadas parlamentares...

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — E Parlamento Infantil que não tem verba.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, são seis propostas, para essas seis rubricas. Podem ser feitas agora. Por favor, Sras. e Srs. Deputados, pensem e avancem com propostas, sem mais perda de tempo, para passarmos à votação na especialidade, ou não sairemos desta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa**: — Sr. Presidente, estou a ver já uma sensibilidade, estou a ver os membros do Conselho de Administração a circular. Façamos uma suspensão de 15 minutos, para eles acertarem sobre a distribuição das verbas.

O Sr. **Presidente**: — Estão a fazer concertação entre eles, mas pelo que me apercebi, não é necessário suspender a sessão. Acho que dentro de 5 minutos teremos alguma proposta.

Temos como primeira rubrica a Rede das Mulheres Parlamentares, vão apontando até o final.

Terá que haver uma dotação de reserva para outras rubricas, mas vamos rapidamente ratear esses seis pontos e saber quanto é que é. Assim ganhamos tempo, teremos o orçamento e não há confusão nenhuma.

Disse que são 5 minutos. Depois disso, passaremos para outro ponto. Todos os Srs. Deputados têm que se propor para trabalhar. É um esforço que se tem que fazer, não é muita coisa. São seis pontos, seis rubricas.

Sras. e Srs. Deputados, há alguma proposta? Faltam 2 minutos para terminar esse pequeno impasse e reflectirmos muito rapidamente sobre essas seis rubricas e poder alocar alguma verba. Segundo o parecer que obtive, parece-me que essas verbas todas estão alocadas na despesa de capital. No fundo, o valor de capital está aí, é só retirar...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — A questão não está na fonte de receita.

O Sr. **Presidente**: — Era mesmo só retirar para o esclarecimento. Mesmo sendo a verba de capital pode-se retirar e realocar as verbas. Parece que houve uma concertação prévia entre os membros do Conselho de Administração e o Secretário-Geral. Julgo que já existe alguma proposta a apresentar.

Agradecia francamente que submetessem a proposta ao Plenário, para rapidamente resolvermos a situação e passarmos ao passo seguinte. Daquilo que entendi, é no orçamento de capital que se retira a verba e depois se redistribui para as seis rubricas que faltam. Descreminam as rubricas, mas sempre com alguma reserva para as outras eventualidades.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, consultando os serviços, se calhar, encontramos uma forma de ultrapassar esta questão. Na rubrica de 05.01.99, que é um bilhão e qualquer coisa, no Mapa 4, despesas de capital, «outros investimentos», os serviços acham que podem ir buscar, caso apareçam essas despesas inesperadas, noutras rubricas. Então, estamos a sugerir este valor para ser equitativamente distribuído para os grupos de amizade, jornadas parlamentares, Comissão de Catástrofes, Rede das Mulheres Parlamentares, rede alimentar, entre outras.

Uma voz: — E o gerador?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O gerador não.

Os serviços julgam que é possível, se houver alguma situação, ir buscar verbas noutras rubricas. Daí que esta verba pode ser depois distribuída equitativamente para estas questões, ao nível das redes que foram aqui levantadas.

O Sr. **Presidente**: — Acabamos de ouvir uma proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ouvi a proposta, mas gostaria de obter mais esclarecimentos. Portanto, são sete bilhões, duzentos e catorze e qualquer coisa. A primeira, Rede das Mulheres Parlamentares, qual é o código, e o respectivo valor? Assim sucessivamente. É isso que quero.

Uma voz: — Exactamente!

O Sr. **Presidente:** — Só para ajudar também o Sr. Deputado, é difícil neste momento dizer exactamente quanto é que entra e sai. Acho que, em princípio, tem que haver a inscrição de alguma rubrica, nessas questões. Depois, a Assembleia encontrará uma forma de enquadrar e ajustar isto tudo. A título indicativo, também vai ficar lá alguma verba alocada, mas internamente veremos como resolver os problemas.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ok. Não se trata de 7, mas 1,5 bilhões de dobras, para resolver essas questões específicas.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Mas como distribuir a verba?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Equitativamente.

O Sr. **Presidente:** — Posto isto, vou rapidamente submeter esta proposta à votação. Vamos ultrapassar isso. Fica alguma coisa inscrita e eventualmente os serviços irão encontrar uma forma de fazer os ajustes necessários.

Como dizia o Sr. Presidente do Conselho de Administração, no início, às vezes tomam uma rubrica e colocam na outra, em função da disponibilidade, porque tudo isto está inscrito na verba de capital. Não há tanta garantia de que conseguiremos todo esse dinheiro. O exemplo dos outros orçamentos sempre foi assim.

Daí que está bem assim, vamos avançar. Se for necessário, vamos submeter a proposta à votação e passaremos, rubrica por rubrica, para analisar os outros artigos. Está bom?

Sras. e Srs. Deputados, vou submeter à votação essa proposta avançada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Sr. Deputado, acho que é plausível esta questão. Os três estiveram reunidos e viram que podiam mexer nessa rubrica de 1,5 bilhões, retalharam para as cinco necessidades que temos agora urgentes.

Uma Voz: — E os outros?

O Sr. **Presidente:** — O resto disse, o Sr. Presidente, que fica como uma reserva. Quando houver necessidade e se tiverem verbas, vão alocando, em função das necessidades da Assembleia. Isso é perfeitamente normal. Em qualquer orçamento faz-se isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então não vale a pena fazer a proposta. Mantenha o que está cá. Estamos a falar de 7,5 bilhões dobras que não estão discriminados. Se se propõe discriminar 1,5 bilhões e ficar com seis, então é melhor deixar como estava.

O Sr. **Presidente:** — Não. 1,5 bilhões e passam a ficar com 5,5.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — É melhor deixar como está, para se saber que há truques.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, volto a dizer-lhe para moderar a sua linguagem. Ninguém está a fazer truques aqui. Logo no orçamento da Assembleia é que o Sr. Deputado fala em truques? O senhor não devia falar em truques. Desculpe-me dizer-lhe isso de cara. Não, é sério! A próxima vez que o senhor voltar a usar essa palavra, tomarei a medida necessária. É um insulto que está a fazer à própria Assembleia Nacional, na qualidade de Deputado. Por amor de Deus! E mais ainda, o Conselho de Administração integra todas as bancadas.

Vamos rapidamente passar à votação dessa proposta e eventualmente haverá ajustes. Em qualquer orçamento é feito assim.

Submetida à votação, foi aprovada com 32 votos a favor, 19 votos contra e 1 abstenção.

Vamos agora analisar o projecto de resolução, artigo por artigo, começando pelo preâmbulo.

Se não houver nenhum pronunciamento por parte dos Srs. Deputados, passamos à votação do preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Votemos o artigo 1.º, aprovação do orçamento, com as alterações feitas no Mapa 4

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Passamos a apreciar o artigo 2.º, receitas.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Vamos agora passar a apreciar o artigo 3.º, despesas.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Artigo 4.º, salário.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Artigo 5.º, senha de presença.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Artigo 6.º, faltas.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Artigo 7.º, execução.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Vamos continuar com o artigo 8.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Agora, vamos passar à votação final global do projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 20 abstenções.

Está aprovado na especialidade e em votação final global o orçamento da Assembleia Nacional.

Bem, houve um pedido de declaração de voto, por isso, vou pedir ao Sr. Deputado Danilson Cotú para fazer a sua declaração.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando o Grupo Parlamentar do PCD foi convidado pelo Conselho de Administração para o encontro, o nosso objectivo, estávamos cientes disso, era colher subsídios com vista a melhorar o orçamento da Assembleia Nacional. Participámos e apresentámos várias contribuições que, no nosso entender, ajudaria o Conselho de Administração a submeter a este Plenário um orçamento realizável. Pelo facto de o Conselho de Administração ter ignorado por completo as nossas contribuições e ter submetido a esta Assembleia um orçamento que, no nosso entender, poderá vir a culminar com uma gestão pouco transparente, entendemos como certo abster-nos em relação a este orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Convido agora o líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD ou o Vice-Líder.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para a declaração de voto do MLSTP/PSD, em relação ao orçamento da Assembleia. O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD absteve-se na votação do orçamento da Assembleia por considerá-lo um orçamento não transparente. Estão em causa cerca de 7 biliões de dobras e consideramos pouco clara a explicação que foi dada pelo Conselho de Administração. Para além disso, as nossas contribuições não foram tidas em conta. Abstivemo-nos, por considerarmos que o orçamento da Assembleia não é um orçamento transparente para 2016.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Da parte do ADI, não há declaração de voto.

Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa paciência. Amanhã estaremos de volta, às 9 e 30, para iniciarmos a discussão do Orçamento Geral do Estado.

Posto isto, declaro encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 15 minutos.